



A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA EM LIVROS DIDÁTICOS: uma discussão curricular em perspectiva comparada¹

Joana da Costa Macedo²

Resumo

Entre as várias discussões pertinentes às Ciências Sociais, a relação entre o indivíduo e a sociedade apresenta-se como fundamental para seu marco teórico. O presente artigo centraliza a discussão em torno do conceito de socialização por meio do arcabouço conceitual da recontextualização didática de Basil Bernstein (1993). Objetiva-se, portanto, analisar como ocorre o processo de mediação didática do conteúdo referente à relação entre indivíduo e sociedade apresentado em livros didáticos adotados nos sistemas de ensino básico no Brasil e na França. Os resultados preliminares indicam que o livro brasileiro recontextualiza o conceito de socialização inserido em uma discussão teórica sociológica clássica tendo as instituições primárias como pilar desse processo, enquanto o livro francês aborda o conceito de socialização política, incluindo no conceito de socialização as instituições políticas. Nesse sentido, o debate do artigo abrange a problematização da categoria política incluída ou não como parte de um processo de socialização social nas disciplinas escolares de Sociologia no Brasil e nas Ciências Sociais e Econômicas (CES) na França.

Palavras-chave: Socialização. Política. Recontextualização. Brasil. França

SOCIALIZATION AND POLITICAL SOCIALIZATION IN TEXTBOOKS: a curricular discussion in a comparative perspective

Abstract

Among various relevant discussions on the Social Sciences field, the relationship between the individual and society is fundamental to their theoretical framework. This article focuses on the discussion around the concept of socialization through the conceptual framework of didactic recontextualization of Basil Bernstein (1993). It's aim is to analyze how the process of didactic mediation of content regarding the relationship between individual and society occurs in textbooks adopted in basic education systems in Brazil and France. Preliminary results indicate that the Brazilian textbook recontextualizes the concept of socialization inserted in a classic sociology theory

¹ Esta pesquisa é fruto da pesquisa monográfica realizada no Curso de Especialização em Saberes e Práticas da Educação Básica (CESPEB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e orientada pela Professora Doutora Julia Polessa Maçaira.

² Professora de Sociologia da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e Professora substituta de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

discussion having primary institutions as the pillar of this process, while the French textbook addresses the concept of political socialization, including the political institutions in the concept of socialization. In this sense, this article's debate covers the problematization of the political category included or not as part of a process of social socialization in the school disciplines of Sociology in Brazil and in the Social and Economic Sciences in France.

Keyword: socialization, politics, recontextualization, Brazil, France

INTRODUÇÃO

Procura-se investigar neste artigo a forma pela qual o conteúdo referente ao processo de socialização é apresentado nos livros “Sociologia em Movimento” (SILVA *et al.*, 2013) e *Sciences sociales & politiques* (ÉCHAUDÉMAISON *et al.*, 2012) da França. A escolha metodológica de promover um estudo comparativo recai sobre o objetivo de entender as diferenças da recontextualização didática da relação entre indivíduo e sociedade nos dois livros. A relevância na compreensão dessas diferenças passa por um entendimento maior da construção do currículo em cada sociedade.

A escolha do livro didático brasileiro está relacionada ao fato de que o livro *Sociologia em Movimento* foi aprovado nas edições do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) realizadas em 2015 e 2018 e, novamente, no novo processo seletivo ocorrido em 2018. Além disso, este livro apresenta-se com uma carga de leitura textual rica em referências bibliográficas, e considerável embasamento teórico, sendo adotado na escola em que trabalhava à época da escrita deste artigo.

O livro francês escolhido foi inspirado no estudo comparativo feito na tese de Julia Polessa Maçaira (2017)³ que analisou, de forma comparativa, a diferença da recontextualização didática entre os conteúdos de Sociologia dos livros brasileiros e dos livros franceses. Como objetiva-se investigar somente o conteúdo do conceito de socialização da disciplina de Sociologia e do CES, proponho analisar, da mesma forma comparativa, dois livros dos dois países. A escolha do livro didático francês, especificamente, está relacionada ao fato de que este livro aborda somente o conteúdo de Ciência Política.

O sistema escolar francês diferencia-se do brasileiro, uma vez que eles possuem, no equivalente ao Ensino Médio, grandes áreas disciplinares, as quais são escolhidas pelos alunos a partir da metade do segundo ano do último ciclo básico. Nesse sentido, o livro didático escolhido

³ MAÇAIRA, Julia Polessa. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. 314 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2017.

como objeto analítico deste artigo integra a área ciências sociais e econômicas, e, portanto, o material didático é composto somente por assuntos, temas e conceitos relacionados a essa temática. No caso do ensino escolar no Brasil, os alunos são obrigados a cursar todas as matérias previstas para o Ensino Médio, sem ter a possibilidade de optar por algumas das disciplinas⁴.

A diferença que aparece na organização do ensino também se impõe no que diz respeito às diferenças na forma como os currículos são concebidos, tendo em vista o conteúdo didático pelo qual será composto. A forma como os currículos são formulados está relacionado aos aspectos sociais e culturais de um país. Do ponto de vista da teoria sociológica, a apreensão dos valores sociais, que se pressupõem serem comuns a uma coletividade, é transmitida por meio dos processos de socialização canalizados pelas diversas instituições sociais.

Considerando que a socialização é, dentro de uma perspectiva sociológica, um arcabouço institucional de educação social, torna-se importante investigar como os livros didáticos recontextualizam didaticamente esse conceito. A forma como o conceito de socialização é mobilizada nos materiais didáticos pode ser significativo para a reflexão a respeito da construção social e política de uma sociedade. Afinal, a escola é uma instituição social, e por meio, dos conteúdos didáticos, representam um componente socializador.

Do ponto de vista da educação e do material didático, ater-se à forma e ao conteúdo dos assuntos relacionados ao processo de socialização no âmbito escolar pode significar uma compreensão sobre as diferentes escolhas de abordagens das possíveis narrativas sobre os conceitos e os elementos concernentes a área de Ciências Sociais, e mais profundamente, compreender o caminho político e cultural pelos quais segue as políticas de educação que cada sociedade escolhe utilizar como pilares fundadores na formação de seus cidadãos.

A escolha teórico-metodológica em investigar o processo de recontextualização didática do conceito socialização justifica-se pelo fato de que este conceito pode ser abordado de maneiras diferentes a depender da construção curricular dos materiais didáticos. A formulação dos currículos são processos compostos por disputas política e ideológica, entre os atores envolvidos, em torno de interesses. O tipo de recontextualização didática adotada interfere no processo de interiorização das narrativas disciplinares, e conseqüentemente, no processo de socialização dos indivíduos de uma dada sociedade.

O artigo está organizado por esta Introdução e dividido em três partes, além das Considerações Finais. A primeira parte refere-se à relevância das investigações sobre o currículo e

⁴ As únicas matérias consideradas optativas na grade curricular do Ensino Médio são as disciplinas de ensino religioso e língua espanhola.

os livros didáticos. A segunda parte está relacionada a um arcabouço teórico concernente à forma como o conceito de socialização é exposto pela teoria sociológica clássica e contemporânea. Dentro desse contexto, a terceira parte, está relacionado ao estudo da recontextualização didática do conceito socialização presente nos livros didáticos do Brasil e da França. Por fim, a última parte é dedicada às Considerações Finais.

1. IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO E DO LIVRO DIDÁTICO

A produção e utilização do livro didático passaram por processos de institucionalização e o contexto escolar atual, bem como os sistemas de educação, e não podem mais ser concebidos sem esse suporte de mediação didática. Brito (2010) reconhece um momento recente no qual predomina “o império do material didático” que se mantém com o passar dos anos. Expressão designada pela autora para reforçar a predominância do uso do material didático, mesmo esse tendo sofrido modificações ao longo do tempo, no que concerne a uma linguagem mais adaptada, e de forjarem um aspecto mais interativo e dinâmico com proposições de exercícios e de filmes.

Os livros didáticos, distribuídos nas escolas, compõem um aparato crucial no ciclo de ensino-aprendizagem. Não faz parte do escopo desse trabalho pretender mensurar ou qualificar o uso do material didático em sala de aula, no entanto, este artigo reconhece a importância do material didático para nortear os conteúdos e a forma que esses conteúdos disciplinares são recontextualizados nos materiais didáticos e, por isso, importa para a reflexão sobre nossa própria sociedade. É justamente com base nos conteúdos didatizados que se construirá a linha argumentativa fundamentada neste texto. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que os livros escolares são parte constitutiva da preparação e da dinâmica das aulas.

Os materiais didáticos são um instrumento legitimado pela comunidade escolar e pelas instâncias oficiais envolvidas na produção e distribuição desses livros. Essas instâncias podem ser o Ministério da Educação do Brasil, e seu equivalente na França, o *Ministère de la Education Nationale et de la Jeunesse*, bem como as secretarias estaduais (ou municipais) de educação. Além disso, outros atores participam desse processo, tais como o mercado editorial, professores universitários e professores da educação básica. Existem, adicionalmente, as instâncias educacionais incorporadas nas universidades e nas escolas básicas.

A finalidade de compreender os conteúdos e os temas propostos nos materiais didáticos existentes está assentada na intenção de inseri-los em uma possível chave interpretativa da esfera educacional presente em nossas sociedades. Em outras palavras, a escolha estratégica sobre o

conteúdo a ser abordado via material didático pode ser interpretada como uma vertente analítica de um contexto maior de construção social, política, e econômica de um país. Portanto, a importância de analisar os livros didáticos, e, conseqüentemente, a produção de discurso neles contida, é parte de um esforço de considerá-los como suporte estruturante de uma política nacional de educação que importará para o tipo de formação dada aos indivíduos.

Dentro desse contexto, a perspectiva adotada nesta pesquisa entende, contudo, que os livros didáticos compõem um quadro mais abrangente de produção de currículo. O processo de escolha dos conteúdos dos livros didáticos, bem como a forma pela qual ele é montado influencia na compreensão da proposta curricular das escolas.

A formulação de currículo significa produção de sentido que forja as relações que se estabelecem em sala de aula. Assim, entende-se currículo como uma forma de estruturar as atividades escolares cotidianas, no sentido de organizar as relações entre sujeito e objeto científico no processo de ensino-aprendizagem (LOPES; MACEDO, 2011). Essa estruturação foi interpretada como sendo um processo de mediação do conteúdo acadêmico ou científico para o material utilizado nas escolas. A chamada recontextualização didática foi, primeiramente, analisada por Bernstein (1993) que compreendia o processo de didatização de um conteúdo formalizado em instituições acadêmicas para os moldes escolares, e as implicações que essa recontextualização acarretava para a formulação dos currículos.

Nessa perspectiva analítica, algumas teorias do currículo apresentam diferentes vertentes interpretativas sobre sua formulação. Os currículos são formulados por atores sociais e acadêmicos em conjunto com instituições responsáveis pelas políticas de educação. Nesse sentido, as escolhas empreendidas, no que concerne ao conteúdo deste currículo, não estão desconectadas da trajetória histórica e cultural de cada sociedade. Além disso, as pessoas inseridas no processo de formulação, e divulgação do material didático, estão imbuídas de interesses e valores que podem interferir nesse processo.

A influência de Piérre Bourdieu (2007) na década de 1970 chamou atenção para a importância dos processos sociais e das relações de classe que podem reproduzir culturalmente as desigualdades sociais. Assim, a ação pedagógica, conforme a teoria bourdieusiana, pode incorrer em uma violência simbólica (LOPES; MACEDO, 2011). De forma semelhante, o movimento nova Sociologia da Educação surgiu como uma tentativa de entendimento de como a diferenciação social pode ser produzida por intermédio do currículo. As análises desse movimento argumentavam que a escola contribui para a legitimação de determinados conhecimentos, conseqüentemente, para uma reafirmação da posição social dos grupos que os detém (SILVA, 2010). Da mesma forma, Lopes e

Machado (2011) constatam que, ao considerar a elaboração curricular como um processo social, esta formulação acabava ficando presa a determinações de uma sociedade estratificada. Portanto, o currículo deixa de ser um método para transformar-se em um espaço de reprodução simbólica e/ou material.

Dentro desse contexto, o processo de recontextualização didática (BERNSTEIN, 1993) de um conteúdo disciplinar específico corresponde a uma proposta de formulação curricular. Sobre as diretrizes curriculares, Bodart e Lopes (2017) argumentam que entre os termos relacionados à Ciência Política inseridos na proposta curricular da disciplina escolar de Sociologia são, predominantemente, “cidadania” e “movimentos sociais”, seguidos dos termos “Estado” e “poder”. A chave argumentativa dos autores indica que a forte presença do termo “cidadania” nas propostas curriculares estaduais está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, na qual o conceito de cidadania esteve presente e já apontava o objetivo da educação do ensino médio, e da Sociologia, que é a construção do exercício da cidadania. Essa finalidade é corroborada, segundo Bodart e Lopes (2017), por outros documentos, a saber, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (PCNM) para os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+).

Do ponto de vista curricular, Bodart e Lopes (2017) concluem que a presença dos termos nas diretrizes curriculares estaduais sofre forte influência dos documentos curriculares nacionais. Nesse sentido, o termo “cidadania”, que está mais presente nas diretrizes curriculares, possui esse nível de frequência nas propostas curriculares, uma vez que os documentos oficiais nacionais objetivam o exercício da cidadania. Mesmo assim, os termos relacionados ao campo da Ciência Política aparecem de forma polissêmica e transversal, conversando com outras narrativas disciplinares, tais como, a História e a Geografia (BODART; LOPES, 2017). A Ciência Política está contemplada nas diretrizes estaduais, mas, segundo os autores, ela se efetiva e, é recontextualizada, por meio da Sociologia. (BODART; LOPES, 2017).

Sendo assim, pode-se entender que o processo de recontextualização dos conceitos apresentados nos livros didáticos estão em concordância com as propostas curriculares de cada sociedade. Os currículos, de uma forma geral, e os currículos escolares especificamente, são instrumentos por meios dos quais são realizadas práticas de significação. A expressão curricular importa na reflexão sobre o ensino e sobre o conteúdo dos saberes didáticos escolhidos para fazer parte do processo de socialização dos indivíduos, e que será transmitido pela escola via materiais didáticos. Nesse sentido, torna-se premente entender o tipo de abordagem os livros apresentam de alguns conceitos, no caso específico deste artigo, o conceito de socialização, de modo a compreender como seu conteúdo é mobilizado.

Tendo em vista as respectivas realidades socioeconômicas e culturais encontradas nos diferentes países, o currículo pode estar em acordo com a trajetória institucional, histórica e cultural dos países. A produção curricular significa produzir sentido de uma realidade específica na qual o aluno se insere ao estruturar as atividades cotidianas. Sendo assim, a próxima seção será direcionada para o debate teórico do processo de socialização na teoria sociológica.

2. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NA TEORIA SOCIOLÓGICA

Essa seção é dedicada ao entendimento do conceito de socialização pela teoria sociológica clássica, em discussão com uma perspectiva mais contemporânea a respeito da compreensão deste conceito. Na teoria sociológica, a relação entre indivíduo e sociedade permeia os estudos de alguns autores clássicos. Os autores mais eminentes dessa investigação teórica são Durkheim (1978), Marx (1999) e Weber (1999). A compreensão dessa relação é paradigmática, uma vez que seus estudos estão inseridos em um contexto industrial e liberal específico, no qual as sociedades ocidentais apresentam-se em transformação em seus matizes política, econômica e social. O pensamento teórico desenvolvido, no início do século XX, manifesta um caráter normativo, e evidencia uma preocupação com a análise da construção de uma ordem social.

Durkheim (1978) entende a sociedade como um todo orgânico no qual as instituições cumprem papéis sociais interdependentes em prol da organicidade da sociedade. Os sujeitos são educados socialmente por meio dessas instituições, de modo a todos compartilharem os mesmos códigos e normas sociais. O processo de socialização para Durkheim (1978) não previa a emergência de conflitos sociais ou de desigualdades sociais, uma vez que toda a sociedade se encontra no mesmo compasso social e normativo. O componente individual dos sujeitos estaria garantido dentro das especialidades previstas pela nascente sociedade capitalista, pois esta criaria indivíduos institucionalmente integrados (DURKHEIM, 1978).

A educação social, na qual o autor se refere, apresenta-se em seu caráter moral e universal, pois “[...] há uma educação ideal, perfeita, apropriada a todos os homens, indistintamente; [...]. (DURKHEIM, 1978, p. 35). Essa definição de educação é responsável pela socialização da criança, uma vez que forja a personalidade do sujeito social. O processo de socialização, na teoria durkheimiana, pressupõe-se ser, nesse sentido, total, exterior e coercitivo aos indivíduos, objetivando-se construir uma coesão social orgânica. Essa característica da educação fica explicitada na seguinte passagem.

Na verdade, porém, cada sociedade considerada em momento determinado do seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos. Há costumes com relação aos quais somos obrigados a nos conformar; se desrespeitarmos, muito gravemente, eles se vigarão dos nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos, com os quais não encontrarão harmonia.” (DURKHEIM, 1978, p. 36).

A formação do sujeito social não significava, necessariamente, uma homogeneização das funções e papéis sociais dos indivíduos. No entanto, o processo de individualização dos sujeitos estava atrelado a uma reflexão sobre as especialidades promovidas por uma divisão social do trabalho racionalizada. Portanto, existiria um movimento de formação de um individualismo institucionalizado, compondo, desse modo, a organicidade e a funcionalidade das instituições sociais.

Critica-se a teoria de Durkheim (1978) por não prevê os conflitos sociais e as desigualdades inerentes ao processo de divisão do trabalho na sociedade capitalista, diferentemente do que direcionará Marx (1999) em suas análises. Tendo como principal objeto de análise a categoria estrutura social, Marx (1999) compreendia as relações sociais antagônicas entre a burguesia e o proletariado por meio do elemento de exploração do trabalho, provocada por uma lógica capitalista que se apresentava perversa. A relação entre indivíduo e sociedade é concebida dentro de um entendimento sobre as relações sociais assimétricas entre duas classes sociais. Além disso, Marx (1999) considerava essas relações, entre as classes sociais, canalizada por conflitos de natureza econômica, política e ideológica.

Nesse sentido, o indivíduo estaria condicionado ideologicamente a uma lógica de classe, especialmente a da classe dominante e capitalista, frente a uma estrutura social desigualmente arraigada (MARX, 1999). A proposta de transformação da sociedade capitalista estaria na ruptura com essa estrutura social, uma vez que a lógica do conflito e das relações assimétricas se evidencia historicamente. O autor afirma que “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar, novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta.” (MARX, 1999, p. 8). O processo de socialização, dentro da perspectiva marxiana, estaria, assim, associado à posição social estrutural das classes sociais à qual o indivíduo pertence, e a sua inserção no mundo capitalista. Marx (1999) percebeu que a socialização dos indivíduos se realiza dentro das fábricas, prevendo uma possibilidade de reunião entre os homens.

Nesse sentido, Marx (1999) crê na *práxis*, ou seja, na junção da teoria da ação com a teoria da estrutura, que seria o *leit motiv* da união entre os homens. O indivíduo é visto como potência

inserido em um materialismo histórico, uma vez que, na teoria de Marx (1978), a estrutura e o pensamento são relacionados.

Comparativamente, o indivíduo em Durkheim (1978) é uma espécie de “*tabula rasa*” que vai ser moldado pela sociedade e pela imposição de valores sociais e morais. Já em Marx (1999), o indivíduo é um ser que se transforma dentro de uma relação dialética. Ambos os autores pensam em uma perspectiva estruturalista, mas em Durkheim (1978), a solidariedade é um elemento externo visto como um recurso moralizante, enquanto em Marx (1999) o capitalismo é amoral. Tanto que o problema do entendimento da ordem social nos textos de Marx (1999) não se localizava na internalização de valores, como aparecia no pensamento de Durkheim (1978), mas nas relações, necessariamente mutáveis, entre produção e reprodução da vida social.

Weber (1999), por seu turno, compreende a sociedade nascente capitalista, e ainda em transformação, como fruto de um processo de racionalização do mundo, e conseqüentemente, da estrutura burocrático-administrativa do Estado. O Estado moderno seria composto de um arcabouço administrativo de organização procedimental, por meio do qual a sociedade seria racionalmente controlada. Nesse sentido, o autor direciona suas análises para o “espírito” do capitalismo como uma conduta de vida e não como um sistema econômico. (WEBER, 1999).

O ascetismo da ética protestante processa-se de forma intramundana, no sentido de ir em busca de um cumprimento de um dever terreno, e não em busca de prazeres materiais ou espirituais. O princípio do trabalho como vocação levaria à um “espírito” capitalista. Na definição do próprio autor, esse espírito assume um caráter de uma premissa de conduta de vida eticamente orientada (WEBER, 1999). Em outras palavras, a ética protestante moralizou o princípio do lucro introduzido pelo capitalismo ocidental.

No entanto, a teoria weberiana prevê a ação social dos indivíduos mesmo que inseridos de uma estrutura normativa rígida. As ações dos indivíduos estariam condicionadas às interações e interpretações dos mesmos frente à simbologia dos fenômenos sociais (GIDDENS, 2008). A teoria da ação social centraliza o entendimento da construção da estrutura social por meio do papel desempenhado pela ação, e sobretudo, pelas interações dos indivíduos.

Pela perspectiva sociológica, o conceito de socialização está associado a uma normatização da sociedade de modo construir uma ordem social. No entanto, o conceito de socialização insere-se em uma trajetória que ecoa uma organicidade da sociedade, mesmo que a ação dos indivíduos e as interações sociais estejam sendo consideradas no plano do arcabouço teórico. As instituições sociais, responsáveis pelo processo de socialização, pressupõem-se serem vozes dos valores sociais e

morais de uma sociedade como um todo, sendo elas representativas de uma moral republicana em termos do exercício de uma civilidade social.

Em uma perspectiva mais contemporânea, Bourdieu (2007) entende que a escola reproduz as desigualdades sociais inerentes à própria sociedade francesa, na qual estava inserido, uma vez que o desempenho dos alunos estaria associado ao capital cultural transmitido pelas famílias por meio do processo de socialização. No entanto, esse processo não é isento de uma violência simbólica, na medida em que as demandas das escolas partem do princípio de uma universalidade quando, na realidade, estão atreladas às posições sociais das famílias na sociedade, e, portanto, às classes sociais às quais os indivíduos pertencem. Nesse sentido, Bourdieu (2007) admite que o componente reprodutivista da escola é forte o suficiente, a ponto de conceber a ideia da interiorização dos destinos. O autor afirma que “de uma maneira geral, as crianças e sua família se orientam sempre em referência às forças que as determinam”. (BOURDIEU, 2007, p. 49).

A compreensão de Lahire (2004) dialoga e critica Bourdieu (2007) no que se refere ao caráter determinista de teoria bourdieusiana. Lahire (2004) questiona a transmissão do capital cultural como a única possibilidade de sucesso escolar, principalmente, entre as classes populares. Ao analisar o que ficou conhecido como as “trajetórias improváveis”, Lahire (2004) inclui outras variáveis, tais como os arranjos familiares internos, na sua pesquisa pra investigar os casos de trajetórias escolares bem-sucedidas, indicando a possibilidade de sucesso que não passa necessariamente pela socialização dos aspectos culturais e sociais relacionados ao capital cultural, da forma como é entendido por Bourdieu (2007). Setton (2009) interpreta Lahire (2004) como aquele que “quer fundamentar o alcance de uma sociologia dos indivíduos”, e acrescenta que, para este autor, “o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas marca sua presença nos aspectos mais singulares de cada indivíduo”. (SETTON, 2009, p. 301).

A relação entre o indivíduo e a sociedade repercute entre os principais autores da teoria sociológica no que se refere ao processo de socialização. Nesse sentido, o conceito de socialização pode ser significado sob diversos percursos teóricos. Contudo, existe uma forma de socialização mais específica, a política, que decorre das reflexões do conceito de socialização. O conceito de socialização política surgiu em meados da década de 1960 influenciado, predominantemente, pelos estudos norte-americanos a respeito das origens das motivações do comportamento político em um contexto social afetado pela Segunda Guerra Mundial (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o conceito de socialização política concatena com o que Castro (2009) identifica como sendo o conflito entre “a objetividade dos sujeitos” e a objetividade do sistema”. Portanto, a autora afirma que “as variáveis da personalidade individual nos estudos de socialização

política ilustram justamente a necessidade de se avaliar impacto subjetivo das demandas do sistema na formação do indivíduo apto ao regime democrático” (CASTRO, 2009, p. 481). A socialização política implica em considerar uma ação política por parte dos indivíduos em um processo, potencialmente, de transformação social.

Conforme argumentado, nas perspectivas sociológicas clássicas, as relações entre os indivíduos e a sociedade são compreendidas por meio do processo de socialização, cujo caráter explicativo recai sob um aspecto normativo, enfatizando, por um lado, a “coerção social” e o aspecto estrutural da sociedade nesse processo. Algumas análises mais contemporâneas incluem, por outro, a concepção e as interações dos indivíduos no transcurso da interpretação individual para a pauta dos fins sociais.

Dentro desse arcabouço argumentativo, o conceito de socialização nos livros didáticos foi objeto de Gabriela Montez (2015) em sua dissertação de mestrado. Nesse sentido, Montez (2015) argumenta que existe um componente de socialização política presente nos manuais de Sociologia analisados por ela⁵. A pesquisa de Montez (2015) serve como um contraponto ao argumento proposto neste estudo, uma vez que ela analisa livro “Sociologia em Movimento” (SILVA, 2013), um dos recursos metodológicos utilizado neste presente artigo, e identifica a presença de uma socialização política nos livros brasileiros. No entanto, o diálogo com a pesquisa de Montez (2015) está no fato de propor uma outra abordagem de análise, a saber, por meio da recontextualização didática de Bernstein (1993).

Montez (2015) conceitua socialização política da seguinte forma:

Por socialização política, entende-se o processo de internalização via aprendizado, de valores, procedimentos e símbolos políticos. Os processos de socialização política têm como objetivo conformar os indivíduos em determinados padrões de comportamento e em determinadas atitudes políticas. A conformação das estruturas cognitivas e das predisposições afetivas também é foco dos processos de socialização política (MONTEZ, 2015, p. 11).

Utilizando-se dessa conceituação, Montez (2015) estabelece três vertentes de análise da socialização política nos manuais didáticos: a primeira vertente diz respeito ao aspecto científico da disciplina de Sociologia. Nesse sentido, a Sociologia objetiva construir um cidadão que pensa de forma científica, cuja arquitetura argumentativa diferencia-se do senso comum. A segunda vertente,

⁵ A autora analisa 6 manuais didáticos: TOMAZI, Nelson. *Sociologia para o Ensino Médio*. Editora Saraiva, 2013; BOMENY, Helena *et al.* *Tempos Modernos Tempos de Sociologia*. Editora do Brasil, 2013; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de *et al.* *Sociologia para Jovens do Século XXI*. Imperial Novo Milênio, 2013; MACHADO, Igor *et al.* *Sociologia Hoje*. Editora Ática, 2013. ARAÚJO, Sílvia de *et al.* *Sociologia*. Editora Scipione, 2013; SILVA, Afrânio *et al.* *Sociologia em Movimento*. Editora Moderna, 2013.

de acordo com autora, está relacionada propriamente à formação de um cidadão crítico, e consciente, capaz de refletir e entender, racionalmente, os fenômenos sociais que o circunscreve. Por fim, a última vertente, refere-se ao caráter transformador da disciplina.

Montez (2015) argumenta que a socialização política, encontrada nos manuais didáticos, se apresenta por meio das discussões sociológicas, uma vez que esta socialização política está inserida na escola teórica conhecida por Sociologia crítica francesa. Isso significa que a socialização política, nos moldes entendido por Montez (2015), subentende um objetivo normatizador que permite a busca de um convívio social dos indivíduos, mesmo inseridos em um contexto social de diversidade cultural, mas que ao mesmo tempo, busca novas mudanças sociais na medida em que for necessário à ordem social.

A socialização política compreenderia como a internalização de símbolos políticos tendo em vista “conformar os indivíduos determinados padrões de comportamento e em determinadas atitudes políticas” (MONTEZ, 2015, p. 11) ratifica uma perspectiva de normatização dos comportamentos sociais, incluindo nesse sentido, também a padronização dos comportamentos políticos. Problematizando o conceito de socialização política, Castro (1999) considera socialização política como “o processo de preparação ou habilitação que se faz necessário para que os jovens possam participar da atividade política”. (CASTRO, 1999, p. 480). Para isso é necessário considerar, da mesma forma, como as instituições políticas e as informações sobre os processos decisórios da política inserem-se nesse contexto.

Dentro desse contexto, pode-se observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, de 2000, são incluídos conceitos de Ciência Política, tais como a concepção de política, de Estado, de relações de poder, e de sistemas econômicos (BRASIL, 1999). A autora entende que a presença dessas categorias nos livros didáticos, que ela analisa, contempla a definição de socialização política.

No entanto, a categoria política, da forma como está sendo entendida sua recontextualização, no sentido de se referir aos sistemas políticos e aos seus processos de tomada de decisão não é incluída, no livro didático brasileiro pesquisado neste artigo, dentro das discussões sobre o processo de socialização. Neste material didático, conforme será detalhado mais adiante, apreende a ideia de viver politicamente em sociedade, no sentido das relações de poder que se travam no dia-a-dia das pessoas, ou seja, do ponto de vista ético. Como a linha argumentativa institucionalista da Ciência Política possui o sistema político, e o processo decisório a ele concernente, como referências teórico-metodológicas principais, observa-se que a categoria política não está atrelada a uma visão da Ciência Política institucionalista, conforme é concebida nos meios acadêmicos universitários.

Diferentemente da análise empreendida do material didático francês, no qual as instituições políticas e os processos decisórios são parte da socialização para além da discussão da teoria sociológica.

Além disso, ao final do trecho do PCN (1999) são mencionadas algumas características de práticas políticas associadas à nossa formação cultural brasileira e longamente trabalhada por nosso pensamento político brasileiro.

[...]. Outro objetivo é ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual.

Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade, permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. (PCN, 1999, p. 41)⁶.

Dentre dessa perspectiva reflexiva, a socialização política parece ser entendida do ponto de vista republicano de integração social. Inserida em uma discussão filosófica, e quase aristotélica, conceitua-se política como um estilo de vida eticamente integrado com a sociedade, de modo a construir uma organização social, na qual os indivíduos sejam ontologicamente iguais e que a participação política seja imbuída de um caráter cívico.

O conceito de socialização, da forma abordada pela teoria sociológica, não explicita a dimensão das instituições políticas, e o sistema político, como parte desse processo para pensar a formação cidadã dentro de uma ordem social desejada. Na próxima seção, portanto, será analisada a forma como conceito de socialização é abordado nos livros didáticos brasileiro e francês de modo a ressaltar a diferença na recontextualização desse conceito nos dois materiais didáticos.

3. O conceito de socialização nos livros do Brasil e na França

O conceito de socialização aparece no livro brasileiro “Sociologia em Movimento” (SILVA, 2013) no capítulo 4 intitulado “Socialização e controle social”. A socialização é classificada entre

⁶ PCN referente ao documento das Ciências Humanas e suas Tecnologias.

primária e secundária, e os agentes de socialização responsáveis por esse processo aparecem representados na família, na escola, no trabalho e no Estado (SILVA, 2013, p. 86). Essas instituições sociais são abordadas no sentido estrito de explicitar a socialização primária ou secundária, sem, no entanto, apresentar especificidades de cada um dos agentes sociais identificados, uma vez que “entende-se o conjunto relativamente estável de padrões culturais sancionados coletivamente, e que servem como modelo para a construção de personalidade e das ações dos indivíduos” (SILVA, 2013, p. 86).

A presença do caráter de normatividade é reforçada pelo próprio conceito de socialização apresentado no livro:

Esse conceito procura estabelecer os parâmetros de análise do processo pelo qual a sociedade concebe os indivíduos, e os indivíduos, por sua vez, concebem a sociedade. Podemos dizer, portanto, que a socialização é o processo de transmissão dos códigos culturais de um grupo social aos indivíduos que deles fazem parte, integrando-os à medida que interiorizam as informações recebidas. Esse processo se inicia no nascimento e continua por toda a vida, por meio do contato permanente de uns com os outros. (SILVA, 2013, p. 84)⁷.

Inserido nessa discussão conceitual, a recontextualização didática do termo socialização segue uma perspectiva sociológica clássica, mais afeita a uma discussão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade do ponto de vista das interações totalizantes e impositivas da sociedade. Além disso, apresenta um caráter normativo ao definir que as instituições sociais possuem um papel crucial na transmissão de normas sociais, e morais, de modo a provocar um processo de internalização desses códigos sociais nos indivíduos, os quais transformar-se-ão em cidadãos institucionalmente moldados a um arcabouço normativo de uma sociedade.

A ênfase nesse aspecto da socialização torna-se relevante, na medida em que as instituições políticas, como os partidos políticos, por exemplo, não são atribuídas responsabilidades sociais, dentro da relação formativa social e institucional do indivíduo em relação à sociedade. Dentro deste livro, essas categorias da política não são apresentadas dentro da discussão curricular de socialização. Elas aparecem junto com outros assuntos concernentes ao campo da Ciência Política, localizando-se somente a Unidade 3⁸, que contempla esta área, denominada de “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea”.

⁷ Ao final desse trecho no livro didático, é referenciada uma imagem de uma escola para ilustrar o que foi conceituado por socialização, cuja legenda explicita que “A escola é um dos espaços de socialização mais difundidos nas sociedades contemporâneas.” (SILVA, 2013, p. 84).

⁸ Esta Unidade é subdividida em três capítulos: o capítulo 6, “poder, política e Estado”, o capítulo 7 “Democracia, cidadania e direitos humanos”, e por fim, o capítulo 8 “Movimentos sociais”. (SILVA, 2013).

O início do capítulo 6 que versa sobre poder, política e Estado apresenta o conteúdo a ser abordado com o objetivo de identificar as mudanças que ocorrem na sociedade “com base nas definições de cada termo, mostrando suas relações com as diferentes práticas sociais” (SILVA, 2013, p. 135). Já no capítulo 7, referente aos estudos sobre democracia, cidadania e direitos humanos, a finalidade consiste em estudar as “diferenças conceituais e ideológicas, relacionadas à democracia, suas diversas expressões históricas, e os principais pensadores das teorias democráticas modernas e contemporâneas”. (SILVA, 2013, p. 166).

Por essa apresentação, é possível perceber que os objetivos dos conteúdos a serem expostos nesses três capítulos priorizam uma abordagem mais conceitual e teórica. Contudo, o caráter histórico argumentativo aparece como elemento norteador da forma como esse conteúdo é exposto aos leitores. Um exemplo da forma como essa perspectiva histórica é explicitada aparece na primeira página de cada um dos capítulos, nos quais se apresenta uma linha cronológica dos fatos históricos referentes ao assunto abordado ao longo do texto.

Quando o texto do livro refere-se às formas de participação política, designando especificamente os partidos políticos e os sistemas eleitorais, estas são narradas pela perspectiva conceitual das normas que regem o sistema político brasileiro, explicando que “a legislação eleitoral é um conjunto de regras que disciplina as eleições, estabelecendo, normas, datas e horários para sua realização” (SILVA, 2013, p. 142). Em parágrafos de 5 a 6 linhas, são textualmente explicadas algumas dessas normas, bem como alguns conceitos específicos do sistema eleitoral, dando a impressão de que os autores estão partindo do pressuposto de que esses termos e definições são previamente naturalizados pelos leitores público-alvo do livro didático. Nesse sentido, o texto discorre em definições curtas, tais como, “para o poder executivo a votação é sempre majoritária, isto é, elege-se o candidato mais votado” (SILVA, 2013, p. 142), ou “[...] mediante aplicação do coeficiente eleitoral (divisão dos números dos votos válidos pelo número de vagas) [...]” (SILVA, 2013, p. 142).

A estrutura do conteúdo abordado neste livro didático serve à construção de modelos teóricos que não, necessariamente, indicam uma problematização de uma realidade⁹. No parágrafo, que resume a explicação sobre as formas de participação política, expõe-se o seguinte conteúdo:

Em resumo, o sistema eleitoral vigente no Brasil, definido principalmente pela Constituição de 1988, manteve alguns problemas de representação. No sistema proporcional de lista aberta há incentivo à coligação de partidos. Este fenômeno, essencial para a sobrevivência dos partidos pequenos, provoca maior fragmentação partidária, dificulta a formação de maiorias estáveis nos parlamentos e obriga o partido no Poder Executivo a negociar alianças e coalizões para governar.

⁹ A forma como cada conteúdo poderá ser problematizado está na condução pedagógica que cada professor escolhe fazer em seu planejamento aula, e cuja investigação foge aos propósitos deste trabalho.

Há também dificuldades com as listas abertas, pois os candidatos adquirem grande autonomia de campanha, contrariando, muitas vezes, orientações e objetivos coletivos do partido. Como a disputa eleitoral é mais centrada em candidatos do que em partidos, estes ficam desprestigiados junto aos eleitores (SILVA, 2013 p. 143).

Da mesma forma, no capítulo referente aos movimentos sociais, eles são apresentados pela perspectiva teórica ao longo de todo conteúdo textual exposto no material didático, e a formação dos movimentos dos trabalhadores e dos movimentos estudantis é narrada historicamente. O texto explora as diferentes abordagens de interpretação que foram atribuídas aos movimentos sociais ao longo do tempo. Tendo em vista uma cronologia histórica, cada parágrafo é iniciado com uma menção a uma data específica: “a partir de meados dos anos 1960, as manifestações pelos direitos civis [...]”, “Nos anos de 1970 e 1980, as manifestações contra o regime autoritário [...]”, “A partir dos anos 1990, os movimentos sociais passaram a ser vistos [...]”, “A história será sempre uma variável fundamental para a compreensão dos movimentos sociais [...]” (SILVA, 2013, p. 192-193).

Conforme está sendo argumentado, a recontextualização didática do conceito de socialização no livro didático, selecionado para análise, encontra sua matriz teórica na perspectiva orgânica da sociedade. As instituições políticas, acompanhadas dos atores responsáveis pelo processo de tomada de decisão não configuram parte da conceitualização de socialização. A parte referente às instituições políticas, juntamente, com a explicação do sistema político brasileiro e com todo o conteúdo referente à Ciência Política é recontextualizado de forma histórica e teórica ao longo do texto do material didático, não indicante, propriamente, que a dimensão da política compõe o processo de socialização entendido neste artigo.

O livro francês escolhido para ser analisado neste artigo chama-se “Sciences sociales & politiques. Enseignement de spécialité”. O livro foi escrito por um conjunto de professores das ciências econômicas e sociais de diversos liceus, localizados em diferentes regiões da França: Delphine de Chouly, Cyrill Gispert, Olivier Leblanc, Fabienne Lapage e Peggy Ségas-Rouland. Este livro é referente ao programa de ensino de 2012 e foi publicado pela Editora Nathan.

Este livro inaugura sua exposição com uma parte teórica dedicada ao direito constitucional na formação do Estado moderno. As duas principais referências são destacadas nas figuras de Montesquieu, com sua tese sobre a separação dos poderes, e de Hans Kelsen cujo destaque está em um desenho de uma pirâmide esquemática que representa a hierarquia das normas jurídicas (ÉCHAUDÉMAISON *et al.*, 2012, p. 13). Iniciar o livro com Hans Kelsen pode ser emblemático, pois ele foi um jurista que se tornou um dos principais autores da área do Direito, desenvolvendo sua teoria embasada na concepção de Estado moderno. Com essa introdução teórica, a linha que o

livro didático aborda está centralizada na concepção de Estado de Direito e na constitucionalidade desse Estado (*l'État de droit*)¹⁰.

Nesse sentido, o conteúdo didático francês aborda os conceitos sob a perspectiva das normas e das regras adotadas nos países, com especial atenção para o funcionamento do sistema francês. Portanto, o conteúdo do material francês, mesmo que apresentando uma proposta conceitual, é menos sustentado por uma análise histórica e mais nas regras vigentes na França. A análise histórica e conceitual está presente no material didático francês, como, por exemplo, a definição do Estado de Direito (ÉCHAUDEMAISON *et al.*, 2012, p. 14) ou a noção de sociedade civil organizada (ÉCHAUDEMAISON *et al.*, 2012, p. 44). No entanto, predomina a apresentação do funcionamento institucional dos sistemas políticos, seja da França ou de outros países.

Nesse momento, o livro francês apresenta o significado e as características dos modelos presidencialista e parlamentarista, expondo em um quadro explicativo, sobre quais países adotam esses modelos. Além disso, a presença de um presidente da república, como é eleito, e qual a duração do mandato são apresentados de forma esquemática indicando quais são as regras eleitorais e o tipo de eleição adotada na França. Esse tipo de detalhamento é demonstrado, igualmente, para os casos de formação dos gabinetes e para a estrutura do congresso. Neste último caso, dados estatísticos são apresentados sobre o tipo de recrutamento político proporcionado pelas eleições, ou seja, o perfil dos parlamentares que compõe o Parlamento à época da edição do livro. Assim, uma parte é dedicada ao recrutamento político, ou seja, ao perfil dos políticos que foram eleitos e que compõe o legislativo federal. De forma esquemática, são apresentados vários dados dos parlamentares eleitos no que se refere ao sexo, idade, profissão, entre outros, dos próprios políticos que compõem o Parlamento. (ÉCHAUDEMAISON *et al.*, 2012).

Nesse sentido, para além dos conceitos teóricos, os capítulos do material escolar francês apresentam elementos explicativos da composição e do funcionamento institucional do sistema político, ilustrando com desenhos esquemáticos sobre as etapas dos processos de votação eleitoral, de participação e de funcionamento das instâncias de governo. Este conteúdo didático está diretamente ligado à temática eleitoral, focalizando seus textos prioritariamente, nos partidos políticos, seu significado, qual seu papel nos regimes democráticos, como eles funcionam, e abordam, adicionalmente, os comportamentos eleitorais. Interessante notar que, em alguns poucos

¹⁰ A pirâmide com as normas jurídicas na França de acordo com Hans Kelsen hierarquiza, baixo para cima, as normas referentes aos atos administrativos, aos regulamentos, aos princípios gerais do direito, ao bloco da legalidade, ao bloco das convenções e por último, no topo da pirâmide, o bloco da constitucionalidade. (ÉCHAUDEMAISON *et al.*, 2012, p. 14).

momentos, o livro direciona seu conteúdo aos jovens e a importância de uma militância política na sociedade atual¹¹.

O conteúdo didático de Ciência Política do livro francês preza por uma temática, predominantemente institucional da vida eleitoral, e partidária do sistema político da França. Em complemento à parte textual, o material expõe diversos dados estatísticos ou gráficos de vários tipos, de modo a informar o perfil de composição das instituições as quais os capítulos referem-se, a saber, os partidos políticos, o Parlamento, as áreas de atuação das associações, a participação feminina no processo eleitoral, o grau de adesão partidária dos cidadãos franceses, entre outros.

Dentro do âmbito da recontextualização didática do conceito de socialização, ao longo do livro é utilizada a expressão “socialização política” no qual considera as instituições políticas como parte integrante de um processo de socialização. O material didático francês entende socialização política o fato de o indivíduo internalizar as normas e as regras do sistema político francês, bem como se familiarizar com o cenário político da época. (ÉCHAUDÉMAISON *et al*, 2012).

No livro didático francês analisado, a socialização política referida está relacionada, diretamente, à formação do indivíduo dentro de um arcabouço normativo e institucional político de seu país. O posicionamento transmitido, pela forma como esse conteúdo está estruturado no livro, permite a associação entre a participação política-eleitoral e partidária das pessoas, com o processo de socialização. Na primeira parte do capítulo 3, da unidade 1, fala-se explicitamente que as organizações políticas, entre elas os partidos políticos, constituem uma instância de socialização, da mesma forma, que o são, a família, a escola, as organizações profissionais, entre outras modalidades de inserção social. (ÉCHAUDÉMAISON *et al*, 2012). Esse tipo de socialização pode ser entendido como sendo uma identidade política reconhecida como integrante de um aspecto da formação cultural francesa, da mesma forma que o é a identidade partidária.

Nesse sentido, os capítulos da unidade 2 são dedicados à sociedade, à sociedade civil, em relação a esse sistema eleitoral e partidário. Os capítulos são: “Por que passar da democracia direta à democracia representativa?”, “Quais são os diferentes modos de escrutínio?”, “A representação nacional é representativa da população?”, “Como assegurar a paridade na política?”, e “Quais as evoluções para a via democrática contemporânea?”. A problemática das categorias sistema e agência são indicadas na estruturação do conteúdo didático, sem, necessariamente, provocar uma abordagem histórica como percurso norteador do material didático. A segunda parte do capítulo 5 questiona se o voto seria um ritual social. Com base nessa perspectiva, a proposta de encadeamento

¹¹ Essa parte do conteúdo aparece nos capítulos Doc.3 “Un exemple de formation des militants”, e no Doc.4 “Les organisations de jeunesse de partis politiques” (ÉCHAUDÉMAISON *et al*, 2012, p. 41)

do material didático francês segue com capítulos que abordam as possibilidades institucionais de participação política dos indivíduos como um dos canais institucionais de socialização. Por isso, a abordagem didática por meio do conceito de socialização política.

O conteúdo previsto neste livro didático francês não entra no mérito conceitual do termo cidadania, tendo, possivelmente, sido elaborado em outra série, e conseqüentemente, em outro livro. A palavra cidadão aparece como um conceito relacionado ao âmbito do exercício dos direitos e da participação política em seus matizes institucionais, tais como, por meio dos partidos políticos, dos grupos de interesses ou pelos movimentos sociais. (ÉCHAUDÉMAISON *et al*, 2012). No entanto, o conceito de participação permeia parte do material, inclusive a participação em partidos políticos. O livro menciona a importância da militância partidária, e dirigindo-se, especialmente nesse momento, à população jovem.

O conteúdo menciona, adicionalmente, a palavra “escrutínio” (*scrutin*) em vários momentos ao longo do livro de modo a marcar uma construção de uma narrativa que posiciona a sociedade civil, e os indivíduos, na própria construção política e nacional do país. Em outras palavras, este manual didático indica que os indivíduos são agentes na engenharia política institucional da França, e que, portanto, contribuem para a construção da sociedade em seus vários aspectos.

O conteúdo didático tenta ligar as esferas da política com as esferas sociais, na qual as esferas políticas e sociais são estruturadas por uma relação interconectada ao mesmo tempo em que são estruturantes. Sendo assim, o livro dá especial atenção aos aspectos institucionais do sistema político da França, explicando com certo nível de detalhe as regras e as normas de todo o processo eleitoral e partidário do país. Além disso, utiliza-se de temas bastante atuais da realidade política francesa, complementando a ênfase em seu aspecto normativo, incluindo, a sociedade civil como parte estruturante desse sistema. Assim, parte do conteúdo é composto por temas da sociedade civil organizada e suas possibilidades de atuação nas instâncias de poder inserindo-a como ator no processo de tomada de decisão política.

Sendo assim, o conteúdo de socialização do livro didático francês apresenta-se mais focado nas informações institucionais do sistema político francês, especialmente nas suas regras e condições de funcionamento, dentro do processo de tomadas de decisão dos poderes. O livro aborda, inclusive, o termo socialização política. Assim, o conteúdo apresentado explora questões que o livro reconhece como sendo socialização política, uma vez que está relacionada às instituições políticas, e ao conhecimento da vida política e partidária da França, e sobretudo a atuação política, ao

compartilhar, por exemplo, o perfil dos parlamentares envolvidos na construção da democracia contemporânea, disponibilizando dados socioeconômico desses atores políticos.

Diferentemente, o conceito de socialização no livro didático brasileiro é elaborado por meio da perspectiva universalista e integradora das normas e regras sociais, uma vez que o saber curricular é fortemente influenciado pela perspectiva sociológica (LOPES; BODART, 2017). Essa abordagem de socialização enfatiza a predominância da sociedade sobre os indivíduos, e como as relações sociais são forjadas por um processo de aprendizagem dos códigos, dos valores e dos símbolos sociais. Dentro desse âmbito de discussão, as instituições políticas e o conteúdo relacionado ao sistema político brasileiro, e aos processos políticos de decisão institucional, encontram-se recontextualizados junto ao conteúdo de Ciência Política e não ao debate sobre o processo de socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visa apresentar as diferenças existentes no processo de recontextualização didática do conceito de socialização presentes nos materiais didáticos do Brasil e da França. O livro brasileiro apresenta o conceito de socialização inserido em uma perspectiva durkheimiana, ou seja, este conceito encontra-se recontextualizado por meio da teoria sociológica de interpretação da relação entre indivíduo e sociedade, a qual pretender ser totalizante e integradora. Diferentemente, no livro francês, o conceito de socialização é referido como socialização política, e aparece, explicitamente, relacionado a todo conteúdo do sistema político francês e de tomada de decisões políticas do país, bem como ao papel do indivíduo na formação e transformação da sociedade por meio das instâncias formais de participação política.

Assim, é importante enfatizar no contexto de políticas públicas que os livros didáticos podem ser considerados um canal por meio do qual as políticas de educação são implementadas. Da perspectiva da regulamentação das políticas educacionais brasileiras, elas são formuladas pelo governo federal, e implementadas pelos estados e municípios. A formulação do material didático, e sua adoção pelas escolas, é uma pequena parte da implementação dessas políticas, no sentido de que é por meio deles que as narrativas sobre diversos saberes serão transmitidas¹².

Em época de convulsão e mudanças políticas no Brasil e na França, entender os acontecimentos conjunturais próprio do desenvolvimento e das mudanças sociais de cada país,

¹² Não se pretende desconsiderar o papel dos professores no processo de transmissão de conhecimento. No entanto, para os propósitos analíticos estabelecidos nesta monografia, os materiais didáticos são o objeto de análise primordial.

torna-se pertinente. Dentro de uma perspectiva conjuntural, o Brasil atravessa um período de instabilidade política, tendo recentemente experimentado o segundo processo de *impeachment* de um presidente, e encontra-se na iminência de aprovar determinadas reformas. Entre as já aprovadas encontra-se a Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, reorganizando a disposição curricular nas escolas brasileiras. Em relação à França, o país passou por eleições gerais, recentemente, em 2017, cuja escolha do atual presidente Emanuel Macron converge para novas reflexões acerca do sistema político francês vigente, com possíveis rearranjos de forças sociais e políticas, e da mesma forma, com possibilidades de reformas, entre elas, a da previdência.

Essas mudanças podem influenciar na produção do currículo, uma vez que os acontecimentos históricos podem tornar-se narrativas escolares. A formação do currículo é um processo político que envolve diversos atores, sejam eles governamentais, ou integrantes da comunidade escolar e acadêmica. Nesse sentido, é possível inserir o processo de produção do currículo escolar como parte integrante de um campo de discussão mais macro que envolve a formulação de políticas públicas. Cabe verificar em pesquisas futuras, contudo, como o currículo ficará daqui em diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNSTEIN, Basil. A Pedagogização do Conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, 2003.
- BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas propostas curriculares de sociologia para o ensino médio. In: *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino em Ciências*, Vol.1, nº.1, p. 131-152 | Jan./Jun., 2017.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). *Escritos de Educação*. Editora Vozes, 2007.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. 1999.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. A produção de manuais didáticos e o ensino de sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). In *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 58-75, mai., 2010.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e Socialização Política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 25, nº 4, out/dez., 2009.
- COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DESTERRO, Fábio Braga do. Sobre os livros didáticos de Sociologia para o ensino médio. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2016.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. Editora Melhoramentos, 1978.

ÉCHAUDEMAISON, Claude-Danièle *et al.* *Sciences sociales & politiques* Term. Paris: Nathan, 2012.

GIDDENS, Anthony. O que é sociologia? In: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. e MACEDO, Elizabeth. Currículo. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Org.). *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MACEDO, Joana. O Conteúdo Didático de Ciência Política nos Livros Escolares da França e do Brasil. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Saberes e Práticas da Educação Básica, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rocket edition, 1999.

MONTEZ, Gabriela. *Formando o Cidadão e Construindo o Brasil: a socialização política nos manuais de Educação Moral e Cívica e de Sociologia*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do *habitus*. *Revista Brasileira de Educação*, v.14, nº 41. Mai/ago., 2009.

SILVA, Afrânio *et al.* *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

Recebido em: 27/10/2019

Aceito em: 21/12/2019

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MACEDO, Joana da Costa. A socialização política em livros didáticos: uma discussão curricular em perspectiva comparada. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, v.3, n. 2, p.26-47, 2019.